

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL - CT- MINERAL

Data: 19 de abril de 2007

Horário: das 10:00 às 13:00 horas

Local: Sala VIP do Hotel Nacional - SHS QD.1 - Bloco A - Térreo - Brasília-DF

1 – Presentes

1.1– Membros do Comitê Gestor

Luiz Antônio Rodrigues Elias – Presidente do Comitê e Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Carlos Alberto Pittaluga Niederauer – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Miguel Antônio Cedraz Nery – Representante do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) – Órgão Regulador

Roberto Dall’Agnol – Representante da Comunidade Científica

Adriano Smarzaró Siqueira – Representante do Setor Empresarial

1.2 – Equipe técnica e convidados

Aldo Fonseca Pinheiro – MCT/SEXEC/ASCOF

Alexandre Garcia Costa da Silva – CNPq/COCEX

André Cabral de Souza – FINEP

Carlos Nogueira da Costa Júnior – MME/SGM

Eliana da S. Soares de Lara – MCT/SEXEC/ASCOF

Elzvir Azevedo Guerra – MCT/SETEC/CGTS

Fernando Antonio Freitas Lima – MME/SGM

Mariano Laio de Oliveira – MCT/SETEC/CGTS/Global

Rita Assunção – MCT/SEXEC/ASCOF

Thaís Machado Scherrer – CNPq/COCQG

2. Pauta da Reunião

1. Abertura
2. Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária
3. Execução das Ações de 2006 – Agências Executoras: CNPq e FINEP (situação atual)
4. Plano de Investimento 2007 – Alocação de Recursos
 - Ações Transversais
 - Ações Verticais
5. Avaliação
6. Outros Assuntos
7. Encerramento (resoluções e próxima reunião)

3 – Andamento da Reunião

3.1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Antônio Elias, abriu a reunião apresentando a pauta da reunião, bem como os documentos constantes das pastas distribuídas. Ele disse ter incluído na pauta o item Avaliação, por achar necessário que o Comitê Gestor tenha um processo de avaliação permanente com visitas técnicas programadas e estruturadas aos projetos apoiados pelo Fundo Setorial Mineral, para certificar-se que os resultados alcançados são satisfatórios ou se precisam ser aprimorados.

3.2 – Aprovação de Atas

A Ata da 16ª Reunião foi aprovada sem ressalvas.

3.3 – Execução das ações de 2006

Em seguida foram apresentadas pelas FINEP e CNPq, agências do MCT, as ações executadas em 2006.

FINEP:

O Sr. André Cabral de Souza, técnico da FINEP, apresentou um breve histórico do Fundo Setorial Mineral desde a sua criação até o ano de 2006. A íntegra da apresentação da FINEP encontra-se no **anexo I**

CNPq:

O Sr. Carlos Pittaluga fez uma retrospectiva desde a 16ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral última reunião, atualizando os dados já apresentados naquela ocasião. Há uma pendência com relação a liberação de recursos para o Projeto de Formação e Capacitação de Recursos Humanos da Rede Nacional de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais – Rede Geochronos. Esse convênio já foi contratado, mas o CNPq ainda não recebeu os recursos comprometidos para sua execução. A íntegra da apresentação do CNPq encontra-se no **anexo II**.

3.4 – Plano de Investimento – Ações Transversais e Verticais

O Presidente do Comitê Gestor, Sr. Luiz Antônio Elias explicou como seria o processo da alocação de recursos para as ações transversais. Como nos outros anos, foi proposto que cada fundo setorial aportasse 50% dos recursos disponíveis para o ano de 2007 para as ações transversais. Ressaltou que o MCT solicitou de forma clara e transparente, sugestões para ações transversais o que fez com que a demanda apresentada fosse muito maior e mais qualificada do que aquela que seria possível de ser atendida pelo aporte de recursos dos fundos setoriais e até mesmo pelo aporte de recursos de diversas fontes coordenadas atualmente pelo MCT. Definiu-se então que seriam priorizadas as que se concentrassem nas áreas mais estratégicas que o governo julga oportuno apoiar. Diante disso, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF selecionou algumas linhas de ações e elaborou uma planilha com as propostas que seriam levadas aos Comitês Gestores, sinalizando quais deveriam ter o aporte de cada fundo, esclarecendo que não necessariamente deveriam ser apoiadas aquelas sinalizadas, poderia claro, alterar para outras que os Comitês Gestores julgassem mais relevante apoiar, desde que fosse dentre àquelas já selecionadas. No caso do CTMineral foram 11 ações indicadas pelo CCF.

Prof. Roberto Dall’Agnol sugeriu que fosse contemplada a ação Apoio a Grupos de Pesquisas nos Novos Campi das Universidades Federais, ressaltando os problemas críticos no fortalecimento dos Campi de Marabá, principalmente nas áreas de engenharia de minas, engenharia de materiais e geociências, já que a Universidade com seus recursos próprios não consegue atender a essa demanda. Sugeriu, também, a contemplação da ação C&T na Amazônia chamando a atenção para o resumo que acompanha a ação. Considerou que o que está definido como prioridades são lógicas e perfeitamente compatíveis com a região, entretanto, não faz nenhuma referência ao setor mineral,

que é um setor muito forte economicamente e de grande importância na Amazônia. O Presidente, Sr. Luiz Antonio Elias disse concordar em parte com o ponto de vista dele, uma vez que o MCT tem se preocupado, mas não na dimensão que deveria, citando nesse sentido como exemplo a inclusão do carvão no Edital da Subvenção Econômica. Após algumas intervenções, o Presidente, Sr. Luiz Antonio Elias acatou a sugestão de apoiar a ação C&T na Amazônia com a sugestão da inclusão ao termo de referência de mais um item que contemple de forma clara e objetiva o setor mineral. Ficando o ajuste do termo de referência, sob a responsabilidade do Prof. Roberto Dall'Agnol.

O Prof. Roberto Dall'Agnol destacou, com a anuência dos demais presentes, que quando se fala em ciência e tecnologia no país o setor mineral não é contemplado. Propôs a inserção o mais rápido possível do setor mineral na agenda de prioridade da ciência e tecnologia do país, o que será possível através da posição política do fundo setorial e a sensibilização do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Quanto às ações verticais, a proposta do Presidente é que no primeiro momento não fossem contempladas novas ações e que seria interessante consolidar as ações que já estão em curso atualmente nas agências. Ações novas só seriam contempladas se de fato forem extremamente estruturantes para o setor. Ressaltou, no entanto, que a deliberação sobre essas ações deverão ser realizadas somente na próxima reunião.

3.5 – Assuntos Gerais

Sr. Carlos Nogueira solicitou que fosse visto a possibilidade do seu nome ser colocado na ata como membro representante do Ministério de Minas e Energia no Comitê Gestor, uma vez que ele vem sempre substituindo o Sr. Cláudio Scliar. O Presidente, Sr. Luiz Antônio Elias, disse que iria avaliar a possibilidade dentro da legalidade, uma vez que a legislação do fundo não prevê suplente. Os demais membros do comitê se manifestaram favorável à suplência no que o Presidente foi enfático ao dizer que seria complicado mudar a lei. Sr. Miguel Cedraz, sugeriu então que essa alteração fosse feita internamente, através do Regimento Interno que já foi alterado, todavia ainda não foi homologado. O Presidente julgou pertinente e disse que vai analisar a questão juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia.

O Presidente solicitou ao Sr. Miguel Cedraz que desse as últimas notícias quanto à Resolução encaminhada ao Congresso Nacional, referente aos 2% da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM destinado ao CTMineral, assunto esse tratado na última reunião do CTMineral. Sr. Miguel Nery nivelou às informações e pediu ao Sr. Carlos Nogueira que vem acompanhando todos os procedimentos que falasse a respeito. Sr. Carlos Nogueira informou que a matéria que já havia sido votado na Câmara, foi para o Senado onde houve muitas discussões com participação do Ministério de Minas e Energia. Houve a tentativa de aumentar o percentual do CFEM destinado ao Fundo Setorial Mineral, mas que foi frustrada. No final conseguiram, após muita articulação, pelo menos permanecer como está, ou seja, não retirar os 2% destinados ao CT-Mineral. A matéria volta para a Câmara de Deputados para ser referendada. Como não houve alterações na sua forma original, nem nos percentuais da CFEM, não será necessário voltar para o plenário indo direto para a Comissão de Constituição e Justiça e depois para a sanção do Presidente da República.

Ainda sobre a possibilidade de aumentar os recursos do Fundo Setorial Mineral, o Presidente, Sr. Luiz Antonio Elias propôs a constituição de um grupo de trabalho com a finalidade de sugerir possibilidades de ampliar esses recursos. Foram designados como participante desse grupo de

trabalho o Sr. Adriano Smarzaro, Prof. Roberto Dall'Agnol, Sr. André Cabral e Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, que será o seu coordenador.

O Presidente, Sr. Luiz Antonio Elias, propôs ainda, que o Comitê Gestor planejasse a realização de visita técnica estruturada e programada ao setor de carvão em Santa Catarina, uma vez que se pretende construir o Instituto de Referência para a área de carvão mineral. Essa visita deverá ser feita ainda no mês de maio e serviria para avaliar a possibilidade da concretização de uma parceria efetiva entre o MCT, o setor empresarial da indústria carbonífera, cerâmica de revestimento e termoeletricas, instituições científicas e tecnológicas e governos estaduais e municipais.

O Prof. Roberto Dall'Agnol sugeriu que no segundo semestre fosse feita visita técnica ao Centro de Geociências de Tecnologia Mineral em Marabá, no Estado do Pará.

Sr. Miguel Cedraz reiterou a necessidade da realização de um seminário de avaliação do desempenho do conjunto das ações realizadas pelo CTMineral, que forneceria informações e dados necessários para definir indicadores de desempenho e para o planejamento da realização das visitas técnicas programadas e com isso um melhor desempenho do Fundo Setorial Mineral. Essa proposta foi acatada por todos os membros presentes. O presidente solicitou então que o Sr. Miguel Nery ficasse responsável pela formatação desse seminário. A proposta foi aceita. Sr. Miguel Nery propôs a formação de grupo de trabalho com a participação do Sr. Elzivir Guerra e Sr. Carlos Nogueira que foi aprovada por unanimidade.

Sr. André Cabral apresentou algumas pendências referentes à implementação de ações do ano de 2006 pela FINEP para conhecimento e deliberação do Comitê Gestor:

i) APL Programa de Desenvolvimento em Rede de Arranjos Produtivos de Pedras Preciosas e do Setor Joalheiro no Estado do Rio Grande do Sul. A 1ª Fase desse projeto finalizou em 2006. O Comitê Gestor do CT-Mineral alocou recursos no valor de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) provenientes do Plano Anual de Investimentos de 2006 do Fundo Setorial Mineral para dar continuidade ao Programa em uma 2ª. Fase no âmbito da ação vertical de apoio aos projetos cooperativos entre instituições científicas e tecnológicas e micro e pequenas empresas de mineração organizadas em APLs. Foi apresentada proposta de projeto à FINEP solicitando uma renovação do projeto no valor de R\$ 589.140,00. Após análise dessa proposta pelos consultores ad hoc foi proposto ao proponente pela FINEP, com base no parecer dos consultores, um corte do orçamento para R\$ 301.665,00. O membro do comitê gestor responsável pela implementação e acompanhamento da ação, Sr. Carlos Nogueira, apresentou a necessidade de ajuste do valor para que não houvesse a descontinuidade de execução do projeto e prejuízo de execução de etapas importantes para o desenvolvimento do projeto. Concluiu pela necessidade de aumentar o valor do orçamento a ser aprovado e assinado. Foi acordado a apresentação à FINEP de uma contra proposta conciliatória no valor de R\$ 398.790,00 pelo Sr. Carlos Nogueira após negociação com o proponente da proposta. Na ocasião foi ventilada a possibilidade da utilização do saldo existente em conta corrente referente à primeira etapa do projeto no valor de R\$ 41.000,00 na segunda etapa do projeto o que reduziria para R\$ 56.150,00 a referida diferença. Essa proposta foi descartada devido à sua inviabilidade.

ii) Projeto “Desenvolvimento Tecnológico e Metodologia de Tratamento, Aproveitamento e Monitoramento Ambiental de Rejeito de Mármore Bege Bahia” – assinado em março de 2006 com prazo de vigência de 12 meses. A parcela única foi liberada em maio de 2006. A FINEP fez contato com o coordenador do projeto em janeiro de 2007. O Coordenador informou que não havia iniciado o projeto e que necessitava de prorrogação do prazo de execução do projeto. A FINEP concedeu prorrogação para utilização dos recursos até junho de 2007 e para prestação de contas final até julho de 2007. Após essa comunicação não houve informação, por parte do coordenador, sobre o início do projeto e a utilização dos recursos do projeto. A FINEP solicitou ao coordenador do projeto uma possível apresentação de contas e devolução do saldo. O Comitê Gestor aprovou que antes de tomar qualquer decisão deve-se consultar o Sr. Miguel Cedraz Nery, membro do Comitê Gestor responsável pela implementação e acompanhamento dessa ação, e seguir a orientação que for por ele proposta.

iii) Máquina. Lapidart o parecer dos consultores ad hoc da FINEP é que o projeto é muito semelhante já existente não sendo portanto viável a aprovação do projeto. O assunto foi discutido pela Diretoria da FINEP e chegaram a conclusão que seria necessário ouvir o parecer de um outro consultor. No entanto, foi colocado pelo Sr. Elzivir Guerra, responsável designado pelo Comitê

Gestor pela implementação e acompanhamento dessa ação, que essa ação foi aprovada do ponto de vista técnico pelo MCT e pelo MME e está de acordo com os objetivos da Rede Brasil de Tecnologia, que é um programa do MCT apoiado por ação transversal desde 2004, de substituição competitiva de bens de capital para indústria mineral do Brasil e de fortalecimento da indústria nacional de fabricantes de bens de capital para o setor mineral nacional. Além disso, destacou que a encomenda foi definida depois de articulação entre o MCT, MME e Coordenação da RBT com base em que a empresa interveniente já possui a máquina multifuncional de lapidação tendo a necessidade de desenvolvimento de sua automatização e que por essa razão associou-se a instituição especializada em robótica para o desenvolvimento da etapa de automação. Outrossim, o parecer do consultor ad-hoc foi contraditório pois considerou que a equipe do projeto é capacitada, mas não recomendou o coordenador e a equipe. Ressaltou também que a iniciativa em curso no Rio Grande do Sul de máquina semelhante tem concepção diferente e ainda não tem certeza do sucesso da pesquisa em execução e de entrada no mercado. Por essa razão foi proposto a reconsideração da decisão da FINEP no sentido de que a encomenda da máquina multifuncional automatizada de lapidação seja aprovada.

Sr. Elzvir Guerra colocou que nos últimos três anos o Comitê Gestor tem designado para todas as ações apoiadas pelo CTMineral um de seus membros como responsável pelo acompanhamento e implementação da ação, desde o preenchimento do termo de referência até a sua implementação e execução. Infelizmente, nos casos citados pelo Sr. André Cabral, as pessoas responsáveis pelas ações não foram informadas dos acontecimentos pela FINEP, ele aproveitou a oportunidade para ratificar a necessidade de uma maior interação entre as agências e os membros do comitê gestor para que casos como esses não voltem a acontecer.

3.6 – Deliberações e encerramento

- Prof. Roberto Dall’Agnol ficou responsável pelo preenchimento do Termo de Referência da ação C&T na Amazônia, acrescentando uma linha temática que contemplasse o setor mineral na Amazônia;
- Será organizada uma visita técnica estruturada do Comitê Gestor ao setor de mineração do carvão na região da Bacia Carbonífera de Santa Catarina com vistas a avaliar a possibilidade de estabelecimento de parcerias com fim de implantação de Centro de Referência em Ciência e Tecnologia da Produção e Uso do Carvão Mineral;
- Será realizado no dia 1º de junho um seminário de avaliação da atuação do Fundo Setorial Mineral na parte da manhã e no período da tarde uma reunião para deliberar sobre as ações verticais para o ano de 2007;
- Foi constituído grupo de trabalho coordenado pelo Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery e com a participação de Carlos Nogueira da Costa Júnior e Elzvir Azevedo Guerra com o objetivo planejar e organizar a realização do I Seminário de Avaliação da Atuação do Fundo Setorial Mineral;
- Ficou constituído um grupo formado pelo Sr. Carlos Nogueira, que será seu coordenador, Prof. Roberto Dall’Agnol, Sr. Adriano Smarzarro e Sr. André Cabral para buscar formas possíveis de aumentar os recursos para o Fundo Setorial Mineral;
- Quanto as pendências levantadas pelo Sr. André Cabral da FINEP:
 - i) Para a continuidade do Programa de Desenvolvimento em Rede do Arranjo Produtivo de Pedras Preciosas e do Setor Joalheiro no Estado do Rio Grande do Sul (2a etapa) foi aprovada proposta conciliatória que significa um adicional de recurso de R\$ 97.150,00 (noventa e sete mil, cento e cinquenta reais) em relação ao valor proposto inicialmente pela FINEP ao proponente do projeto de R\$ 301.665,00 (trezentos e hum mil e seiscentos e sessenta cinco reais), devendo os detalhes serem acordados junto à FINEP, posteriormente, pelo responsável designado pelo CT-Mineral para o acompanhamento da implementação dessa ação, Sr. Carlos Nogueira da Costa Junior.
 - ii) Sr. Miguel Cedraz Nery, membro do Comitê Gestor responsável pela implementação e acompanhamento da ação Desenvolvimento Tecnológico e Metodologia de Tratamento,

Aproveitamento e Monitoramento Ambiental de Rejeito de Mármore Bege Bahia, deverá ser consultado e ouvido sobre a sua continuidade ou a prorrogação do prazo de sua execução.

iii) Recomendar, por razões técnicas e de completa aderência da proposta apresentada aos objetivos da Rede Brasil de Tecnologia (RBT), a implementação da encomenda da máquina multifuncional automatizada de lapidação (máquina Lapidart) aprovada no Plano Anual de Investimentos de 2006 no valor de R\$ 220.000,00.

Não havendo mais nada para ser tratado, Sr. Elzivir Guerra que esteve na presidência da reunião na parte final das discussões, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

4- Assinaturas

Luiz Antônio Elias
Presidente do Comitê e Representante do MCT

Cláudio Scliar
Representante do MME

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho
Representante da FINEP

Miguel Antônio Cedraz Nery
Representante do DNPM

Adriano Smarzaró
Representante do Setor Empresarial (Ausente)

Carlos Alberto Pittaluga Niederauer
Representante do CNPq

Roberto Dall'Agnol
Representante da Comunidade Científica